

CONSTRUTORES DE MIM

(Discurso de agradecimento por ocasião do recebimento do Título de Professor Emérito da Universidade de Brasília)

[*endereçamento aos presentes*]

Nasci no Recife em 31 de maio de 1944, numa típica família de classe média. Meu pai, Gastão de Holanda, era funcionário do Banco do Brasil; minha mãe, Elsa da Rosa Borges, Inspetora Federal de Ensino. Eles faziam parte de um círculo da intelectualidade pernambucana: artistas plásticos, escritores, poetas, arquitetos, *designers*... Como papagaio de pirata, eu, adolescente, presenciava reuniões daqueles pensadores irreverentes, acidamente irônicos e bem-humorados. O convívio marcaria profundamente este futuro arquiteto. Dois desses pernambucanos atropelaram o Sul Maravilha, ao arrebatar importantes prêmios da II Bienal de São Paulo (1953-1954): meu pai, Gastão, levou o de romance; e João Cabral de Melo Neto, o de poesia. Além de escritor, meu pai foi artista gráfico. Assim, qual personagem de Paul Auster – que sofre pauladas do acaso a torto e a direito – e contraevidência ao mito da meritocracia em voga, a fortuna me despejou num patamar elevado. Fazer jus a ele foi uma bênção e uma sentença vida afora.

Ao meu genoma, interna e inescapável biologia, sobrepõem-se circunstâncias outras, camadas que vão fazendo o meu ser, que o seguem configurando enquanto vivo for. Sobre o genoma forma-se meu *socionoma*, permitam-me o neologismo, constituído pelos algoritmos não biológicos forjados em mim no encontro com a realidade externa. Inicialmente, no convívio com as pessoas próximas: meus pais e seus amigos, meus irmãos e seus associados, meus tios e primos, minha mulher, Rosa, nossos filhos Joana e Pedro (ambos professores doutores em universidades *públicas* – a Academia cria raízes), a nora Mariana, as netas Irene e Carolina, meus amigos, os colegas de aprendizado e, depois, de profissão, os parceiros de pesquisa, meus alunos, meus mestres – entre os quais sobressaem o pernambucano Evaldo Coutinho, advogado de direito, filósofo e esteta de fato, cujos conceitos seminais de Arquitetura (e de Cinema, e de Filosofia) me encantam desde a graduação; o português, naturalizado brasileiro, Delfim Fernandes Amorim, arquiteto e pedagogo que revolucionou o ensino de Arquitetura no Recife, e mentor do movimento em nossa área conhecido como a *Escola do Recife*, que inspirou meu projeto para nossa residência de Brasília, 37 anos depois de

ser seu aluno; o arquiteto inglês Bill Hillier, meu orientador de mestrado e de doutorado, ao desvelar que o mais aparentemente banal “risco” arquitetônico nasce prenhe de conteúdo social. Depois, nas circunstâncias mais gerais, *à la* Paul Auster, nenhuma de minha escolha: minha classe social, minha cidade natal, meu estado, meu país, nossa América Latina, o planeta Terra.

Esse determinismo não deve ser motivo de espanto nem de perplexidade moral. Sam Harris o aborda num provocativo livro de 2012, *Livre arbítrio [Free will]* – ou melhor, a ausência dele. Harris (neurocientista norte-americano), juntamente com Richard Dawkins (etólogo britânico), Christopher Hitchens (jornalista anglo-americano) e Daniel Dennett (filósofo norte-americano), formam o grupo jocosamente denominado “os quatro cavaleiros do novo ateísmo”.

Naquele livro, Harris não aborda a *premiação*, mas a *punição*; entretanto, podemos relacionar ambas à responsabilidade moral. O foco não está na nossa inevitabilidade sociobiológica, mas na relação com outrem. A justificativa moral para a punição ou para o prêmio recai no mal ou no bem à coletividade. Ter tido o enorme azar de nascer psicopata não impede a punição pelo confinamento; ter tido a imensa sorte de contar com uma sociobiologia que faculta contribuir para o bem de outrem merece premiação. Leio a concessão deste Título de Professor Emérito como sua generosa avaliação de que detenho uma “sociobiologia do bem”... E assinalo mais uma obra do acaso: a honra adicional de receber o Título das mãos da primeira mulher Reitora da Universidade de Brasília, Profa. Márcia Abrahão Moura. (E a propósito, Maria Bernadette Neves Pedrosa [1931-2013], minha professora de *Filosofia* em 1960, durante o *curso médio* no Ginásio Pernambucano, uma escola *pública*, viria a ser a primeira mulher do quadro docente da Faculdade de Direito do Recife, em 1965, tornando-se Professora Emérita em 2006.)

O genoma e o socionoma que se combinam em nosso ser são nossa única realidade, que só existe enquanto existir nosso corpo material. Extinta a máquina, impossível rodar os aplicativos que processa e alcançar os respectivos resultados. Entre eles, a história ilustra deslumbrantes feitos, mas também ilimitadas crueldades. Pensem nas centenas de milhares vítimas da Inquisição; no genocídio dos povos indígenas norte-americanos: 20.000.000; dos índios brasileiros: de 10.000.000 em 1500, restam menos de 1.000.000; nas vítimas do stalinismo, 20.000.000; nas do maoísmo, 40.000.000; nas mortes diretas e indiretas resultantes da escravidão dos negros africanos, 50.000.000; nas vítimas do nazifascismo, 60.000.000, entre elas 6.000.000 de

judeus. Em novas facetas, o genocídio continua no Brasil, na morte de jovens, negros e pobres nas periferias das grandes urbes e nos mais recônditos assentamentos na cidade ou no campo. O assassinato de Marielle Franco simboliza à excelência a exclusão: era jovem, negra, provinha da periferia pobre e encarnava também mais identidades estigmatizadas: a de mulher, de esquerda e homossexual. Quem mandou matá-la? Faço as referências em função do assustador recrudescimento de fundamentalismos a esmagarem violentamente identidades e valores opostos.

Na “metáfora da lâmpada”, do livro *O lugar de todos os lugares*, Evaldo Coutinho trata do nosso ser real, concreto, material. Enquanto acesas, suas lâmpadas iluminam o meu ser, mas “[registro-me] falecido no falecimento de outrem, indo-me, com todo o resto, no repertório de quem veio a se extinguir”. Meu genoma se mantém íntegro (será mesmo?), mas meu socionoma se esvai *pari passu* com o desaparecimento dos que me foram próximos: meus pais, amigos e colegas como Brasilmar Nunes, Brianne Bicca, Christina Jucá, Elício Pontes, Ernesto Walter, Franciza Toledo, Frank Svensson, Jônio Cintra, Marcílio Ferreira, Miguel Pereira, Muhdi Koosah, Nelci Tinem, Nilza Weidle, Paulo Castilho, Paulo Zimbres, Solon Leão, Vicente Barcellos... são demasiados para os nominar.

Contudo, a lâmpada queimada apaga nossa existência física, mas não apaga as representações – por um tempo, pelo menos. Nossa espécie não se fez como tal pela invenção do instrumento, extensão de nosso corpo, como pensavam historiadores, antropólogos, etólogos, cientistas sociais, e como apresentou Stanley Kubrick no prólogo de *2001: uma odisseia no espaço*. Não: nas palavras de André Leroi-Gourhand, fizemo-nos assim pela “domesticação do tempo e do espaço – um tempo e um espaço *humanos*”. Neste planeta, pelo menos, não há outra espécie animal capaz de pensar, expressar e representar em signos concretos não só o agora, mas o ontem e o amanhã; não só o aqui, mas sítios longínquos. Há 70.000 anos fizemos a revolução cognitiva que nos distinguiu, como narra Yuval Harari em *Sapiens*. Vivemos o contato direto com as coisas materiais e também o mundo da imaginação.

O genoma passa biologicamente de pais para filhos; o socionoma, não. Em livro de 2017 – *From bacteria to Bach and back* [Da bactéria a Bach e de volta] – Daniel Dennett faz um ensaio sobre a *evolução das mentes* – e das ações que elas facultam. Da seleção natural darwiniana à criação inteligente, nosso fazer progride em três eixos:

(x) o eixo *de-baixo-para-cima* → *de cima pra baixo*: por um lado, a criação é fruto de ações pontuais que resultam, contudo, num produto *emergente*, bem sucedido e não planejado – como as formigas ao construir o formigueiro; ou as abelhas, a colmeia; ou os castores, a barragem; mas também as cidades ditas “espontâneas”, produzidas por milhões de sujeitos sociais; por outro lado, em processos de divisão de trabalho complexos, um todo é concebido, como na *Sagrada Família*, cujo risco de Gaudí orienta centenas de executores; no Brasil de hoje, a casta dominante, cuja capa dirigente é literalmente obscena, rejeita um projeto holístico de nação e sua inserção soberana no mundo, e quer transformar o resto em formiguinhas obreiras;

(y) o eixo *incompreensão* → *compreensão*: por um lado, a realização inconsciente, irracional, instintiva, eventualmente vitoriosa no confronto com circunstâncias socioambientais; por outro lado, a realização consciente, reflexiva, cuja permanência advém de seu vigor, por vezes a reverberar por gerações, séculos, milênios; no Brasil de hoje, procuram esmagar a inteligência, abominam a Cultura e a Arte;

(z) o eixo *tentativa e erro* → *pesquisa sistemática*: por um lado, o processo de “quebrar a cara”, aprender fazendo erráticamente, deduzir pela experiência prática, concreta e completa, de seus fracassos ou sucessos; por outro lado, fazer a partir de observar, ordenar, registrar, testar, provar, abstrair, generalizar, considerando vasto repertório empírico; no Brasil de hoje, voluntarismos delirantes desprezam o conhecimento científico do mundo.

Nos campos da Arte e da Ciência, o *pensamento holístico*, a *compreensão* e a *pesquisa sistemática* subjazem às mais fascinantes realizações humanas: um *prelúdio* – de Bach, a *Teoria da Relatividade* – de Einstein, *Guernica* – de Picasso, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – de Machado de Assis, o *Palácio do Itamaraty* – de Oscar Niemeyer, cujo resultado teve o concurso de Athos Bulcão, Joaquim Cardozo, Milton Ramos e Roberto Burle Marx aos trabalhadores da construção civil – na minha visão, a mais importante obra de arquitetura de todos os tempos e lugares. Simples assim.

A cidade é particular exemplo das tensões criativas entre processos holísticos e decisões dispersas. Mesmo no Plano Piloto de Brasília, pensado em pormenor por Lucio

Costa, surgem a “rua da informática, “das elétricas”, “das farmácias”, “das noivas”, “dos restaurantes”, assim como as absurdamente criminalizadas pousadas e demais serviços populares na Av. W-3, junto com outras ações incoordenadas de inúmeros sujeitos sociais, sem necessariamente preverem o resultado do todo, mas intuindo o sucesso da empreitada – e acertando.

No entanto, não mitifico as preciosas lições que recebi de cidadãos anônimos, ao transformarem meus projetos, contradizendo o saber profissional, como na cidadezinha de Nova Iorque, no interior do Maranhão, meu primeiro trabalho como arquiteto, cuja evolução acompanho, deslumbrado, há cinquenta anos. Tampouco idolatro os mestres, por mais que os respeite e que tenham composto meu socionoma. Sigo u’a máxima do grande educador Lauro de Oliveira Lima – educação: hoje um campo tão maltratado – que recomendava: ao deparar com uma obra, qualquer obra, e eu acrescentaria, individual ou coletiva – um livro, uma peça musical, um edifício, uma cidade – carece sempre perguntar: “onde esse cara errou?”.

Encerro referindo duas obras de arte visionárias. O sombrio filme de Riddley Scott, *Blade Runner, O caçador de Androides*, meu preferido na história do cinema, que é de 1982, mas transcorre em... 2019 – mais coincidências – num planeta Terra devastado, dominado pelas corporações, onde o sonho dos habitantes é... abandoná-lo. E, na literatura, o poema do conterrâneo João Cabral de Melo Neto, *Fábula de um arquiteto*. Para minha sorte – o acaso, de novo – o livro em que foi lançado, *Educação pela pedra*, data de 1966, ano em que concluí a graduação. Ele me segue desde então: li o poema como orador da turma, na cerimônia de formatura; utilizei-o como epígrafe do meu livro sobre Oscar Niemeyer, *De vidro e concreto*; leio-o novamente agora. Como é próprio da Arte, o poema é polissêmico, mas peço vênias para observar o que nele mais me comove: o percurso da *utopia* para a *distopia*, em cuja direção vamos, acelerados.

FÁBULA DE UM ARQUITETO

João Cabral de Melo Neto

(do livro *Educação pela pedra*, de 1966; mantenho a grafia original)

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não como ilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas, em portas;
casas exclusivamente portas e tecto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contrá;
por onde, livres: ar luz razão certa.

2.

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vãos de abrir, êle foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até refechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

Mais uma vez – e por fim – registro minha profunda gratidão a todos com quem
tenho tido o privilégio de conviver, aqui presentes ou ausentes, vivos ou não, mas todos
CONSTRUTORES DE MIM.

Muito obrigado.

Brasília, 2 de julho de 2019